

Manifestação de solidariedade e apoio

21 JUL 1985

Barbosa Lima Sobrinho

NÃO é bem aquela política dos governadores, praticada no tempo de Campos Sales, que volta à tona, com a presença, em Brasília, de tantos chefes de Executivos estaduais. Por sinal que Campos Sales não gostava do título dado à sua orientação política. Preferia que se dissesse política dos Estados. Pela razão, dizia, que é nos Estados que reside a verdadeira força política.

Mas como o que está em causa, no momento, não é o prestígio dos governadores, nem se trata de apoio a nenhum deles, nem, tão pouco, às respectivas bancadas, para a solução de problemas estaduais, o que agora se observa é o contrário do que acontecia no tempo de Campos Sales. São os governadores que sentem a necessidade de manifestar a sua solidariedade e o seu apoio ao Presidente José Sarney, em face dos problemas que estão surgindo, e aos quais não poderá deixar de proporcionar solução.

O movimento atual foi liderado pelo Governador Franco Montoro, que já havia antes tomado a iniciativa da apresentação da candidatura de Tancredo Neves. E, como todos os convidados foram eleitos pelo voto direto do eleitorado dos seus Estados, sentem-se autorizados a transmitir ao Presidente da República alguma causa dessa aura popular de que são portadores. Traduzem, de alguma forma, o apoio do eleitorado que os elegeu. Não para uma manobra política de intuições subalternos. Não para efeitos de uma conquista de cargos, no leilão a que Brasília serve de teatro. Tão-somente para servirem de descuido a decisões que precisam ser tomadas, em face da conjuntura nacional, tanto quanto à reforma agrária, como na convocação da Assembléia Constituinte e, sobretudo, na negociação da dívida externa no Brasil, num momento em que os partidos políticos se dispersam e se debilitam, no pleito para a escolha dos candidatos às prefeituras municipais.

O debate em torno da negociação do pagamento da dívida externa reclama, realmente, a formação de uma frente que reúna os Governadores dos Estados, cuja força política nem sempre se confunde com a dos partidos que representam, ou a que estão filiados. E como levar o nosso pleito a uma internacional de bancos, sem contar com a unanimidade das forças políticas brasileiras? É preciso que o Fundo Monetário Internacional, representante e advogado dos banqueiros, tenha a consciência de que está diante de problemas vitais de todos os países, de que está exigindo cartas de intenção.

Tenho apenas dúvida quanto à fixação prévia de uma taxa de desenvolvimento, seja ela qual for. Porque isso não está à disposição de nenhum governo, por mais poderoso que seja. Estamos vendo, agora, o exemplo dos Estados Unidos, que, depois de uma taxa de cerca de 7%, devem se contentar com pouco acima de um por cento. Há que pensar nos inumeráveis fatores que comandam as taxas de desenvolvimento. Não sei mesmo se, com a própria supressão da dívida externa, poderíamos alcançar a realização de nossos desejos,

sobretudo numa situação inflacionária que ainda não conseguimos resolver. É claro que haveria margens maiores de investimentos, mas o efeito delas não autorizaria a fixação dos índices de seu aproveitamento. Entre planejar e conseguir há distâncias, que seria imprudência, ou temeridade, ignorar de todo. Há que contar com uma interdependência mundial de que não estão livres nem mesmo as nações poderosas e economicamente sólidas e estáveis.

Talvez por tudo isso, seria mais prudente procurar condições para o desenvolvimento, sem pensar na taxa que se deseja conquistar. E procurar mesmo outro caminho, para avaliar a quantia que podemos pagar, sem o sacrifício da expansão de nossa economia. A recusa total, como deseja Fidel Castro, para alcançar perspectivas de êxito, dependeria de um acordo entre todos os países devedores, e podemos ver como não é fácil esse compromisso, com as alternativas que estão enfraquecendo o entendimento entre os produtores do petróleo, na famosa OPEP.

Muito menos arriscada seria a fórmula da concordata, que todos os bancos conhecem e admitem no domínio da economia privada, e que não poderiam ter argumentos para recusar, quando invocada nas relações internacionais. Que é, afinal, a essência da concordata senão aquela que o Professor da Faculdade de Direito de Paris, Jean Escarra, indica, no seu excelente *Manuel de Droit Commercial*, registrando que o "devedor obtém de seus credores uma redução de seu passivo, dos prazos para a quitação que lhe incumbe". Será, como ele ensina, a cura, depois de uma enfermidade mais ou menos grave.

Tanto mais que os banqueiros nada fizeram para aliviar a situação dos países devedores. Ao contrário, prevaleceram-se dela para impor condições vexatórias e usurárias, tanto na fixação das comissões, como na estipulação dos juros. Assim chegamos à situação em que se encontram todos os países devedores. E, nesse ponto, Fidel Castro tem fazão: nenhum está em condições de pagar o que deve. A consequência natural, pois, é um exame atento, não a cargo de funcionários que são apenas cumpridores de ordens, como os que exercem funções no Fundo Monetário Internacional, mas diante dos próprios banqueiros, para que eles acordem e vejam que não há nada mais inútil e perigoso do que lutar contra o impossível. A regra é universal: *ad impossibilia nemo tenetur*. O impossível não obriga a ninguém.

E que é que o impossível pode exigir das pessoas humanas, ou das nações, senão uma declaração honesta do que pode realmente pagar? Mesmo porque um exame detido da maneira como se fizeram esses empréstimos terminaria condenando mais os banqueiros do que os devedores, que já os haviam aceitado para pagar empréstimos anteriores, ou para quitar-se de atrasados comerciais, numa ordem internacional em que, através do controle dos preços das mercadorias, a regra, a cargo das multinacionais, era favorecer os países industriais, à custa da espoliação implacável do Terceiro Mundo. Traduzido tudo isso em termos de ética, quem ficaria pior? Os devedores? Ou os banqueiros?